

An aerial photograph of a large dam structure, likely the Ilha Solteira Dam, spanning across a wide river. The dam has a long, low profile with a series of rectangular structures along its length. The water is a deep blue-green color. The sky is clear and blue.

RESULTADOS 2T20

Videoconferência

30 de julho de 2020

(Em Português com tradução simultânea para Inglês)

11h00 (horário de Brasília)

10h00 (horário NY - EDT)

15h00 (horário de Londres)

Tel: + 55 (11) 3181-8565

Participantes Internacionais:

Tel: + 1 (412) 717-9627 | + 1 (844) 204-8942

RESULTADOS 2T20

REDUÇÃO DE R\$1,0 BILHÃO⁽¹⁾ NAS CONTINGÊNCIAS PASSIVAS TOTAIS, SENDO R\$154 MILHÕES NO PROVÁVEL

Destaques Financeiros Consolidados R\$ mil	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
Receita operacional bruta	544.905	435.104	25%	1.085.767	857.265	27%
Receita operacional líquida	485.532	368.377	32%	946.072	723.995	31%
Resultado operacional bruto	204.476	156.630	31%	438.681	162.366	170%
Custos e despesas	(187.608)	(268.253)	-30%	(439.351)	(726.981)	-40%
EBITDA	397.800	192.654	106%	706.992	168.145	n.m.
EBITDA ajustado ²	287.276	218.796	31%	623.447	260.189	140%
Margem EBITDA ajustado ²	59%	59%	0 p.p.	66%	36%	30 p.p.
Resultado líquido	137.798	(4.002)	n.m.	191.611	(162.245)	n.m.
Dívida líquida	1.220.615	1.405.235	-13%	1.220.244	1.405.235	-13%
Dívida líquida/EBITDA UDM	0,9x	5,1x	-0,7x	0,9x	2,9x	-
Dívida líquida/EBITDA ajustado ² UDM	1,1x	4,0x	-0,7x	1,1x	3,8x	-

DESTAQUES

- Crescimento de 32% na receita líquida do 2T20 em relação ao 2T19, atingindo R\$486 milhões, principalmente pela sazonalização de energia vendida; início das operações de trading pela CESP Comercializadora, e pela atualização dos contratos indexados ao dólar.
- EBITDA ajustado de R\$287 milhões e margem de 59% no 2T20, crescimento de 31% em relação ao 2T19
- Geração de R\$263 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, com o índice de conversão de caixa³ de 92% no 2T20.
- Redução das contingências passivas totais¹ em R\$1,0 bilhão no 2T20, sendo R\$154 milhões no provável.
- Obtenção de certificação para emissão de *International Renewable Energy Certificates (I-RECs)* atestando a origem de energia renovável e garantindo a rastreabilidade do atributo ambiental da energia.
- FITCH atribuiu *rating* corporativo BB na escala internacional, com perspectiva negativa e AAA (bra) na escala nacional, com perspectiva estável.

(1) Antes de atualização monetária e juros | (2) EBITDA ajustado exclui provisão para litígios, baixa de depósitos judiciais e PDV | (3) Considera conversão de caixa= (FCO após o Serviço da Dívida/EBITDA Ajustado). Inclui o valor postergado de R\$ 39 milhões de PIS/COFINS para o 2S20 de acordo com as portarias do Ministério da Economia. Desconsiderando este efeito a conversão de caixa seria 78%.

 **ÍNDICE**

Mensagem da Administração	4
Efeitos da Pandemia do Novo Coronavírus	6
Perfil da Companhia	7
Parque Gerador	7
Produção de Energia Elétrica	9
Disponibilidade	10
Mercado de Energia	11
Estratégia de Comercialização	11
CESP Comercializadora	13
Clientes	13
Receita Operacional	15
Custos e Despesas Operacionais	16
EBITDA	18
Resultado Financeiro	19
IR e CSLL	19
Resultado Líquido	20
Endividamento	20
Fluxo de Caixa Livre	22
CAPEX	22
Entidade de Previdência aos Empregados	23
Contingências	25
Evento Subsequente	27
Mercado de Capitais	28
Anexos	29

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro semestre de 2020, principalmente o segundo trimestre do ano, foi marcado pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), trazendo consequências para nossas vidas e para a economia. A Companhia agiu com presteza, adotando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e à segurança de todos seus profissionais, bem como garantindo a continuidade da prestação do serviço de geração de energia com excelência. A resiliência do nosso portfólio de clientes, a agilidade de reação ao novo ambiente e a robustez de nossa estrutura de capital foi essencial para mitigarmos os impactos trazidos pelo COVID-19 no semestre.

O segundo trimestre de 2020 foi marcado por expressivos resultados em todas as nossas frentes de gestão, alinhados às conquistas alcançadas no primeiro ano após a privatização da CESP. Neste semestre já demos importantes passos na digitalização de processos e análise de dados, que devem levar a Companhia para um novo patamar de eficiência operacional. Estamos avançando também na elaboração de uma estratégia de sustentabilidade por entendermos que somos parte da solução para os desafios da sociedade. Obtivemos a certificação para emissão de *International Renewable Energy Certificates (I-RECs)* atestando a origem de energia renovável e garantindo a rastreabilidade de seu atributo ambiental.

Em termos operacionais, um dos indicadores mais significativos, o índice de disponibilidade médio das usinas, atingiu no 2T20 a média de 94,5%, consistentemente acima dos níveis de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando de forma contínua a boa gestão da manutenção e, conseqüentemente, maior eficiência na disponibilidade das usinas.

A estratégia desenhada na gestão do balanço energético, aliada à sazonalização da garantia física de forma planejada, trouxeram a equalização do balanço energético de 2020. Com relação a comercialização, a despeito dos impactos econômicos decorrentes da pandemia, não houve inadimplência por parte de qualquer cliente, assim como as poucas renegociações contratuais realizadas não devem apresentar impactos materiais nos resultados da Companhia além de terem sido estruturadas de forma a preservar o valor presente dos contratos originais.

Adicionalmente, a Companhia continua apresentando resultados consistentes na redução dos custos e despesas operacionais gerenciáveis, oriundos da série de ajustes e transformações implementados ao longo de 2019. A redução de gastos com Pessoal/Administração, Materiais/Serviços de Terceiros/Aluguéis em respectivamente 26% e 42% comparando-se este 2T20 contra o mesmo período do ano anterior são exemplos dessa transformação.

Em relação ao contencioso passivo, continuamos com a estratégia e gestão das ações judiciais e terminamos o segundo trimestre de 2020 com uma redução, antes da correção monetária, de R\$1,0 bilhão nas contingências passivas totais, em relação ao saldo de março de 2020, advindo principalmente da combinação de decisões judiciais favoráveis à CESP e revisão criteriosa do saldo dos casos estratégicos, também decorrentes da evolução processual desses casos no judiciário.. Esses resultados estão alinhados à uma abordagem cada vez mais assertiva e criteriosa na redução desse risco.

Nossos resultados financeiros refletem a diligência na execução de nossas estratégias, alcançando um EBITDA Ajustado consolidado¹ de R\$287 milhões no 2T20, aumento de R\$68 milhões em relação ao mesmo período de 2019, com margem EBITDA Ajustada de 59%.

A forte capacidade de geração de caixa da CESP nos coloca em uma posição de destaque nesse contexto. Geramos no 2T20 R\$263 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa¹ de 92%.

Por fim, ressaltamos que a CESP monitora continuamente os acontecimentos relacionados ao COVID-19 e reiteramos nossos compromissos com nossos acionistas, colaboradores, clientes, parceiros e comunidade. Acreditamos estar preparados para atravessar este período delicado, e continuamos focados na nossa agenda de *derisking* da CESP, focados na continuidade da gestão criteriosa do contencioso e na busca de criação de valor para todos os stakeholders. Estamos confiantes que, apesar de toda dificuldade inerente a este momento sairemos fortalecidos desta crise e sem impacto material em nossas operações e resultados.

Mario Bertoncini

Diretor Presidente e de Relações
com Investidores

Marcelo de Jesus

Diretor Financeiro

(1) conversão de caixa= (FCO após o Serviço da Dívida/EBITDA Ajustado). Inclui o valor postergado de R\$ 39 milhões de PIS/COFINS para o 2S20 de acordo com as portarias do Ministério da Economia. Desconsiderando este efeito a conversão de caixa seria 78%.

EFEITOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia mundial decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). Diante do ocorrido, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Sendo a geração de energia uma atividade essencial, a CESP adotou protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações de suas 3 usinas hidroelétricas, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos instrumentos de proteção. Complementarmente, neste momento 82% de nossos colaboradores estão trabalhando em regime de *home office*.

Um risco potencialmente relevante à CESP na emergência do COVID-19 está relacionado à adimplência de seus clientes e demais contrapartes em contratos de compra e venda de energia. Neste cenário, a CESP mantém um contato regular com seus principais parceiros comerciais. A posição de contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2020 bem como as provisões de créditos improváveis de recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva nossa melhor análise neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão. A despeito dos impactos econômicos decorrentes da pandemia, não houve inadimplência por parte de qualquer cliente, assim como as poucas renegociações contratuais realizadas não devem apresentar impactos materiais nos resultados da Companhia além de terem sido estruturadas de forma a preservar o valor presente dos contratos originais.

A Companhia avaliou também, seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais seguem cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

A gestão do balanço energético da Companhia para este exercício foi ajustada e a empresa encontra-se bem posicionada frente a potenciais variações adversas do GSF (*generation scaling factor*, ou fator de ajuste do MRE) e variações relevantes dos preços de mercado de energia.

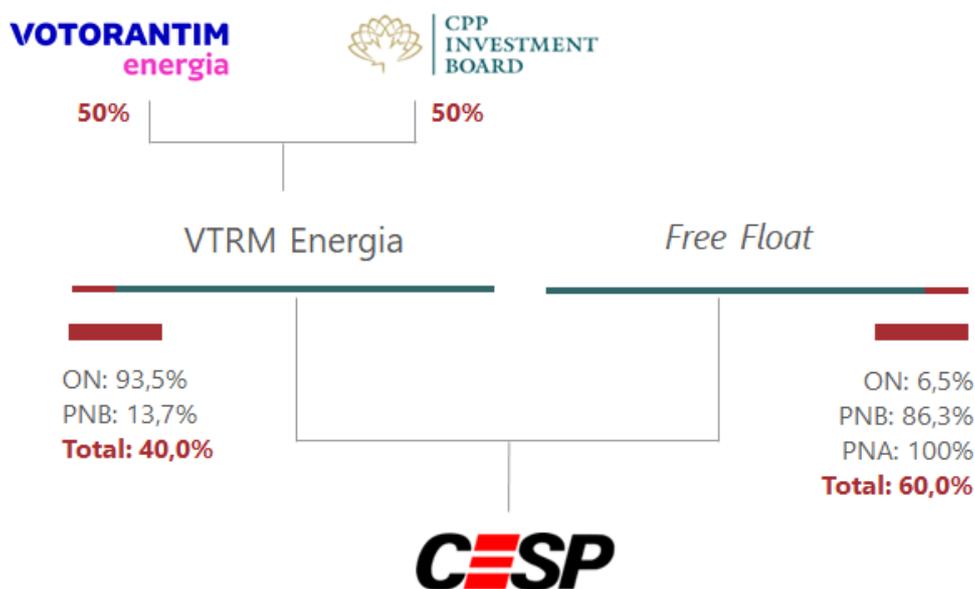
Adicionalmente, a CESP detém neste momento uma considerável posição de caixa e reitera que não há obrigações financeiras relevantes vincendas nos próximos 2 anos.

Por fim, informamos que até o presente momento, a CESP não teve impacto material em suas operações e liquidação de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos a eventuais restrições legais e de mercado que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados

em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP foi constituída em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo e em dezembro de 2018 foi concluída a aquisição do controle acionário da Companhia pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), por meio do leilão de compra e venda de ações ordinárias ("ON") que pertenciam ao Governo do Estado de São Paulo.



PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica sob contrato de concessão (UHE Porto Primavera – produção independente de energia e UHE Paraibuna) e uma usina hidrelétrica (UHE Jaguari) em regime de cotas de garantia física, como operador temporário, com um total de 18 unidades geradoras, 1.655 MW de potência e 948 MW médios de garantia física de energia.

As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado e compõem o seguinte parque gerador:

Ativos Operacionais**Porto Primavera**

Potência: 1.540 MW

Garantia física: 887 MW médios

Concessão até abr/49 (Contrato renovado em abril de 2019)

Município: Rosana (SP)

Área do reservatório: 2.040 km²

Extensão da barragem: 10,2 km

Unidades geradoras: 14

Entrada em operação: 1999

**Paraibuna**

Potência: 87 MW

Garantia física: 48 MW médios

Concessão até mar/21

Município: Paraibuna (SP)

Área do reservatório: 177 km²

Extensão da barragem: 0,5 km

Unidades geradoras: 2

Entrada em operação: 1978

**Jaguari**

Potência: 28 MW

Garantia física: 13 MW médios

Concessão até mai/20

Município: São José dos Campos (SP)

Área do reservatório: 56 km²

Extensão da barragem: 1,0 km

Unidades geradoras: 2

Entrada em operação: 1972

Em 19 de maio de 2020, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a CESP como operadora temporária da UHE Jaguari, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. Foi homologada a Receita Anual de Geração Inicial (RAG Inicial) para o ciclo encerrado em 30 de junho de 2020, resultando em uma receita líquida anual de R\$9,0 milhões, corrigidos anualmente pela inflação após o encerramento do cada ciclo.

Cumprе salientar que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2019, a administração da CESP deliberou pelo não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, que representa menos de 1% da energia produzida pela CESP.

Destaca-se também que em atendimento à obrigação contida no novo Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera, celebrado na modalidade de produção independente de energia em abril/2019, a CESP elaborou estudo de análise da viabilidade técnica e econômica da instalação de até mais 4 unidades geradoras na usina. Atualmente, a UHE Porto Primavera opera com potência instalada de 1.540 MW com 14 unidades geradoras instaladas e possui 04 poços vazios para eventual instalação de até 04 unidades geradoras adicionais, que foi objeto do estudo.

Os estudos foram realizados pela CESP com o apoio de renomadas empresas de consultoria especializadas no setor de energia elétrica. Como conclusão, a avaliação da viabilidade técnica e econômica do aproveitamento ótimo da UHE Porto Primavera não indicou condições economicamente favoráveis para a motorização adicional do empreendimento, considerando o marco regulatório vigente, visto que a expectativa de receita, advinda dos acréscimos marginais de garantia física, para os cenários de motorização adicional, não é suficiente para cobrir os custos fixos adicionais decorrentes da ampliação da usina.

Em maio de 2020, a CESP encaminhou para a ANEEL os resultados do citado estudo e aguarda manifestação da agência acerca do tema.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Geração (MW médios)

Usinas Hidrelétricas	2T20	2T19	Var. (%)	6M20	6M19	Var. (%)
Porto Primavera	923	920	0%	1.008	993	2%
Paraibuna	34	26	32%	22	18	23%
Jaguari	9	3	190%	5	2	-
Total	966	949	2%	1.036	1.013	2%

A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela CESP no 2T20 atingiu 966 MW médios, 2% superior ao 2T19 quando atingimos 949 MW médios. Esse aumento da produção ocorreu devido a fatores sistêmicos ligados à política de despacho praticada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

A afluência verificada nas bacias da região Sudeste para 1S20 foi 8% superior às do 1S19, possibilitando uma boa recuperação nos reservatórios dessa região no período chuvoso. Somado a isso, a pandemia causada pela COVID-19 provocou uma forte redução na carga SIN e, conseqüentemente da geração de energia. Por outro lado, a crise hídrica na região Sul está demandando mais energia proveniente da região Sudeste, o que contribuiu para que o ONS implementasse uma política de maior despacho para a UHE Porto Primavera.

Com relação às UHEs Paraibuna e Jaguari, a geração dessas usinas é em função do controle de vazão na bacia do Rio Paraíba do Sul, onde o ONS define a vazão defluente de modo a preservar o volume mínimo no reservatório da UHE Funil e atender a vazão objetivo na estação elevatória Santa Cecília.

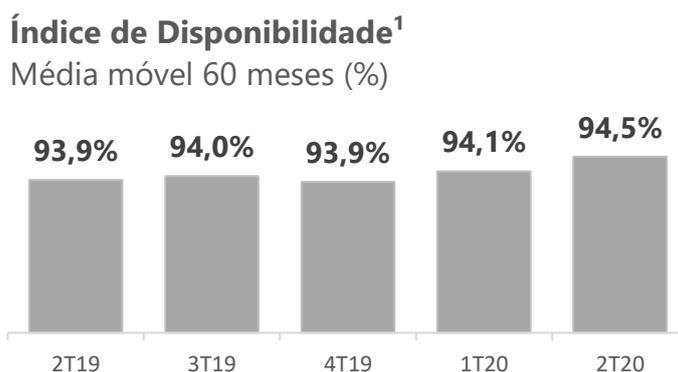
No final do 2T20 o ONS elevou a geração dessas usinas para a vazão defluente compensar a recessão na vazão no rio Paraíba do Sul provocado pelo fim das chuvas no início do período seco. Cabe destacar que embora a geração da UHE Jaguari esteja contemplada na geração da CESP, a concessão desta usina teve seu termo final em 20/05/2020, e a CESP está operando a usina temporariamente, até a assunção de novo concessionário a ser definido em processo licitatório promovido pela União.

DISPONIBILIDADE

No 2T20 as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 94,5%, valor superior em relação ao 2T19, quando foi de 93,9%, continuando a trajetória consistente de aumento que demonstra de forma contínua a boa gestão da manutenção das usinas em 2020.

Segundo a Resolução Normativa ANEEL nº 614/2014, caso o índice de disponibilidade de uma usina hidrelétrica participante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") seja inferior ao índice de disponibilidade de referência considerado no cálculo da respectiva garantia física, a usina estará sujeita à aplicação de mecanismo de redução da garantia física. Com essas premissas, este indicador torna-se o principal balizador para avaliar o desempenho das usinas hidrelétricas e principal ferramenta de acompanhamento para mitigação de riscos de impactos operacionais aos compromissos comerciais.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP é consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando a eficiência na gestão da operação e manutenção dos ativos operacionais.

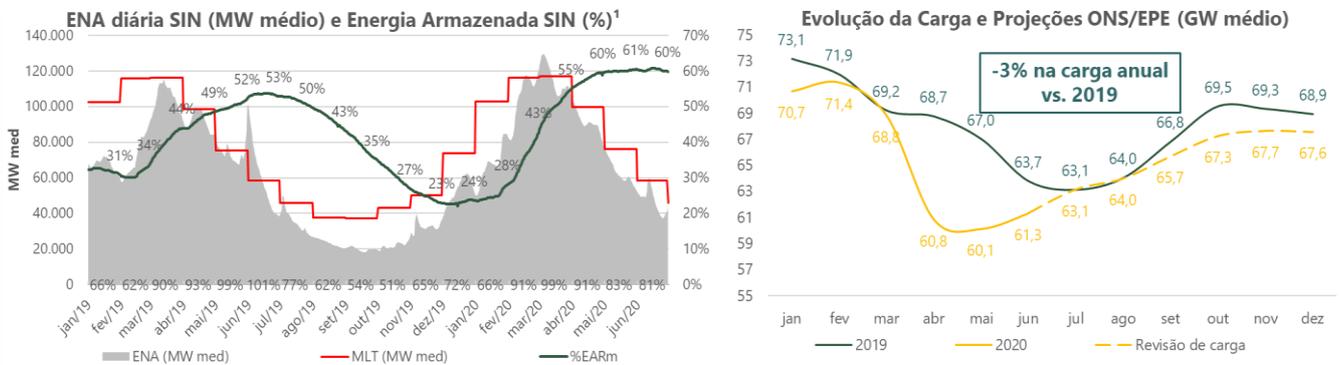


(1) Índice de disponibilidade é calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada ("TEIFa") e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada ("TEIP"), regulamentados pela ANEEL.

MERCADO DE ENERGIA

Os efeitos decorrentes das medidas para contenção do COVID-19 impactaram a carga do sistema de forma significativa no 2T20. Diversos setores, de maneira direta ou indireta, tiveram o consumo reduzido, o que acarretou uma queda de 9% na carga do sistema em relação ao mesmo período do ano de 2019. Os efeitos ainda devem ser percebidos nos próximos meses segundo a previsão do ONS.

A redução da carga permitiu a manutenção da energia armazenada em 60% no final do período (vs. 53% no 2T19), apesar da afluência abaixo da média no 2T20. O ONS revisou a previsão de carga, apresentando queda de 1% no 3T20 e 3% no 4T20, em relação aos mesmos períodos de 2019 e a CCEE revisou o GSF projetado para 2020 de 81%, em abril/20, para 80%, no final de junho/20.

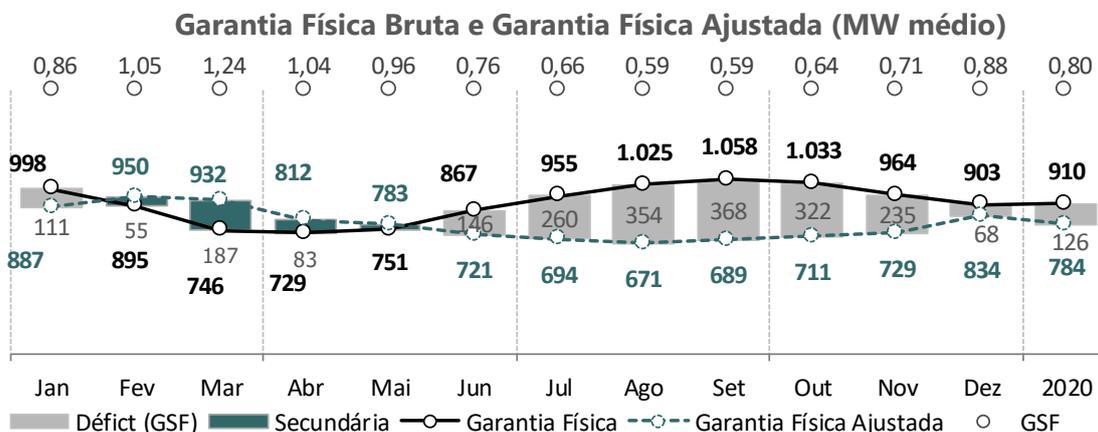


(1) Fonte: CCEE | MLT: Média de Longo Termo; EAR: Energia Armazenada; SIN: Sistema Interligado Nacional;

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

A estratégia da Companhia para comercialização de energia está pautada por um planejamento minucioso e gestão proativa da comercialização de energia e do balanço energético, buscando gerar valor e mitigar o risco hidrológico.

No gráfico abaixo mostramos nossa curva de sazonalização da garantia física para 2020 e a curva de sazonalização ajustada pelo GSF, conforme projeção da CCEE.

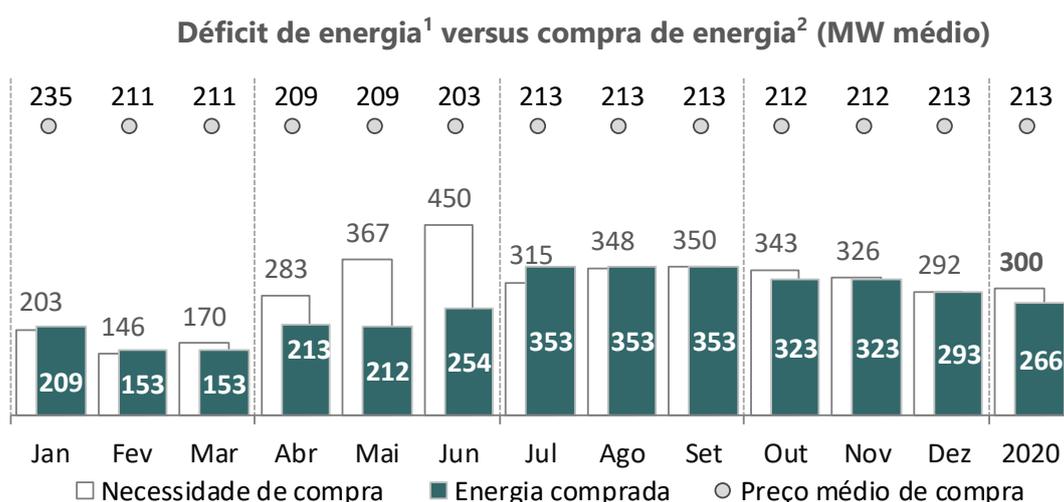


Em decorrência das revisões de garantia física e influenciado pelo efeito negativo do GSF, a CESP apresentava no início de 2020 um balanço energético deficitário. Para a equalização do balanço a Companhia atua de forma estratégica com o objetivo de otimizar os resultados e reduzir a exposição ao risco hidrológico.

Até o final do 2T20, foram adquiridos 266 MW médios de energia para o ano de 2020 ao preço médio de R\$213/MWh (excluindo desse cálculo o montante energético liquidado na CCEE a PLD no 2T20), 42% acima do volume comprado até o final do 2T19, (187 MW médios) a um preço médio 18% abaixo de 2019 (R\$259/MWh).

Para o ano de 2021, a companhia adquiriu, aproximadamente, 83% da energia necessária para cobrir o déficit energético, 241 MW médios.

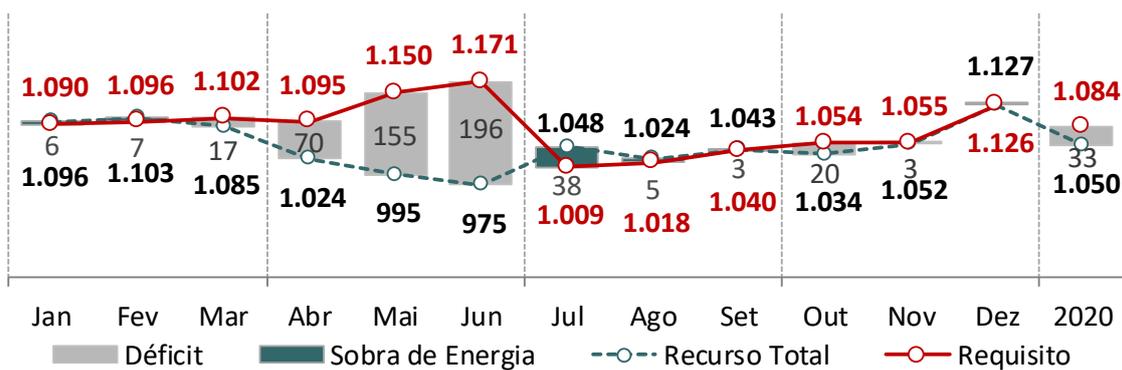
A estratégia de otimização do balanço energético considera as melhores oportunidades de mercado com o objetivo de mitigar riscos de preço (PLD) e evitar a exposição financeira positiva na CCEE dada a inadimplência sistêmica. Deste modo, a elevação da necessidade de compra no 2T20, comparada aos demais trimestres do ano, decorre dessa estratégia para evitar a inadimplência na CCEE.



(1) Inclui venda de energia para liquidação de saldo na CCEE em operações de PLD + deságio | (2) Diferença entre necessidade de compra e energia comprada liquidada a um PLD de R\$93/MWh

Companhia deliberadamente provocou um déficit de 75MW médios na CCEE, por meio de venda de energia, a um PLD médio de R\$93/MWh. Essa liquidação compensou R\$15 milhões, dos R\$21 milhões que a CESP tinha a receber no final do 2T20. O saldo a receber na CCEE é oriundo dos efeitos das contabilizações de meses passados ("recontabilizações") e, sobretudo, da antecipação do pagamento das parcelas de 2020 de uma renegociação de um agente associada ao Fator de Indisponibilidade.

Ao final do segundo trimestre, o balanço energético, da CESP, para todo o ano de 2020 apresentava um déficit de 33MW médios, conforme ilustrado abaixo.



Considerando o cenário atual e procurando preservar as melhores relações contratuais e comerciais com seus clientes, a CESP renegociou contratos em um volume energético consolidado inferior a 1% do total da energia vendida para o ano de 2020. Os efeitos dessa negociação estão majoritariamente concentrados no 3T20 e geram uma pequena redução no volume vendido para este período.

Importante ressaltar que as negociações tem contrapartidas futuras de tal forma que os efeitos financeiros assumidos pela CESP em 2020 fossem compensados, ou seja, não haverá prejuízo econômico decorrente da negociação.

Não estão previstas novas renegociações contratuais no mercado livre. No ambiente regulado, por conta da adesão de todas as distribuidoras clientes da CESP à Conta-Covid¹, há impedimento legal para ocorrência de renegociações contratuais.

¹Resolução Normativa da ANEEL nº885/2020 e Decreto ANEEL nº10.350/2020: estabeleceram condições para o empréstimo as distribuidoras. Das 53 concessionárias de distribuição existentes no País, 50 formalizaram o pedido de empréstimo atendendo os critérios da ANEEL.

CESP COMERCIALIZADORA

Em janeiro de 2020, a Companhia iniciou as operações da CESP Comercializadora e ingressou no mercado de trading de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo.

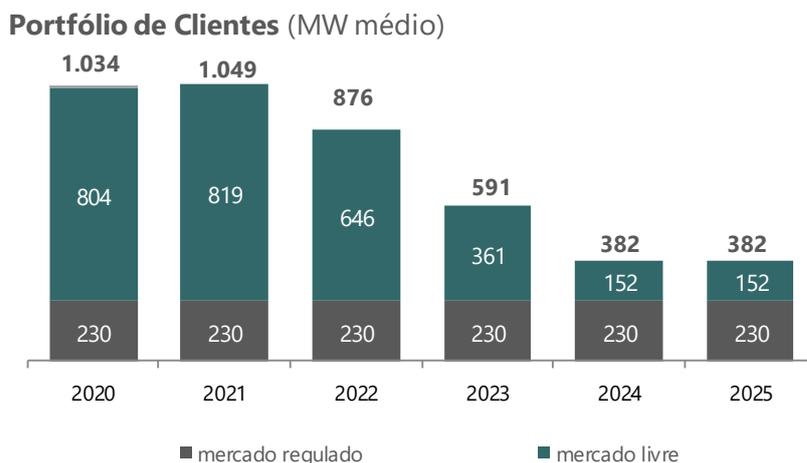
A CESP Comercializadora tem como objetivo a promoção de uma gestão mais otimizada do balanço energético da CESP, uma melhor gestão dos riscos hidrológicos e de mercado e um aperfeiçoamento da estratégia comercial da Companhia, com o desenvolvimento de novos clientes, mercados e oportunidades.

CLIENTES

Os contratos de venda da CESP no mercado livre foram realizados, em sua maioria, entre os anos de 2003 e 2015 e são corrigidos pela inflação e dólar. Adicionalmente, alguns contratos

possuem cláusulas de flexibilidade, ou seja, há limites mínimos e máximos que são aplicados aos volumes mensais sazonalizados e ao volume consolidado do ano.

Os contratos no mercado regulado tiveram início em 2009 e 2010, vigentes até 2038 e 2039, com volume de 230 MW médios e são corrigidos pela inflação. A partir de 2023 o volume de energia vendida é substancialmente menor e a partir de 2026 a Companhia não possui energia vendida no mercado livre.



Em função de boas oportunidades de mercado e em linha com a estratégia de longo prazo, a CESP celebrou novos contratos de venda de energia para o período de 2023 a 2025.

É importante destacar que a Companhia implementou uma estratégia de hedge com a finalidade de mitigar a exposição cambial da receita proveniente de contratos de venda de energia indexados ao dólar utilizando o instrumento financeiro *Non-Deliverable Forwards* ("NDF"). Mais detalhes sobre essa estratégia na página 15 deste documento.

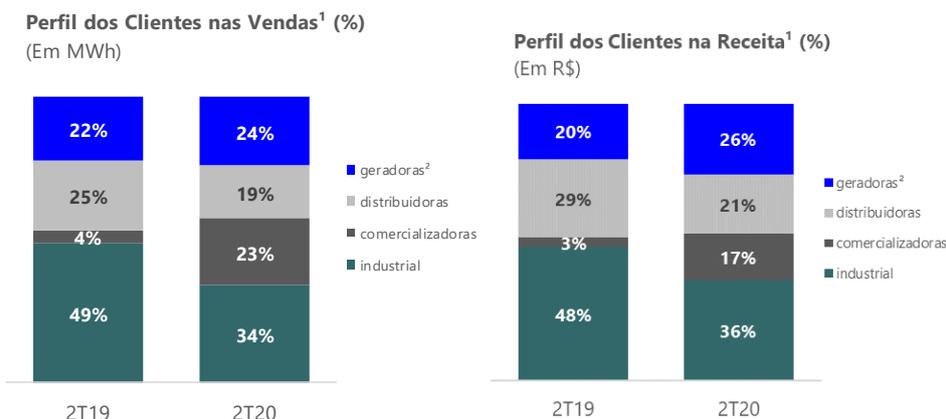
No 2T20 o preço médio no mercado regulado (distribuidoras) ficou em R\$246/MWh, um aumento de ~3% em relação a 2T19 devido, principalmente, a cláusulas de reajuste contratual, conforme detalhes abaixo:

Data início	Data fim	Volume (MW médio)	Preço bruto início (R\$/MWh)	Preço bruto 2T20 (R\$/MWh) ⁽¹⁾
01/01/2009	31/12/2038	82	125 ⁽²⁾	255
01/01/2010	31/12/2039	148	116 ⁽³⁾	240
Total		230	119	246

(1) Preços corrigidos pelo IPCA. | (2) Data base de início 29/06/2006. | (3) Data base de início 16/12/2005

Como forma de mitigar sua exposição ao risco hidrológico, a CESP, repactuou em 2016 o montante de 230 MW médios contratados até 2028 referente aos contratos no mercado regulado. Desta forma, esta parcela da sua garantia física está protegida das oscilações do GSF.

Os clientes livres (industrial, comercializadoras e geradoras) representaram 81% do volume de vendas no 2T20 e 75% no 2T19, aumento decorrente do maior volume de venda para comercializadoras, alinhada com a estratégia de equacionamento do balanço energético da Companhia.



(1) Exclui resultados associados à CCEE | (2) Considera geradoras com comercializadoras integrados.

O preço médio corrigido dos contratos no mercado livre (industrial, comercializadoras e geradoras) foi de R\$207/MWh, aumento de 5% em relação ao 2T19 (R\$197 MWh), decorrente de reajustes de preço nos contratos, correções monetárias e condições contratuais que permitem a flexibilidade na alocação da energia.

RECEITA OPERACIONAL

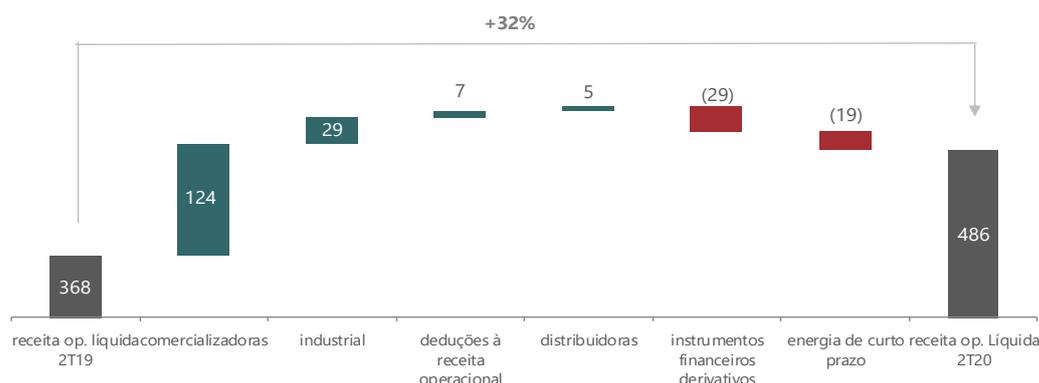
A Receita Operacional Líquida no 2T20 totalizou R\$486 milhões, aumento de R\$118 milhões (+32%) em relação aos R\$368 milhões do 2T19, majoritariamente decorrente de:

- **Comercializadoras:** Aumento de R\$124 milhões decorrente, principalmente: (i) das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (sazonalização de energia vendida); (ii) início das operações de *trading* pela CESP Comercializadora, com receita de R\$27 milhões no 2T20, (iii) liquidação de saldo junto a CCEE no montante de ~R\$15 milhões e (iv) pela atualização dos contratos indexados ao dólar.
- **Industrial:** Aumento de R\$29 milhões do volume de venda em função das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (flexibilidade e sazonalidade).
- **Distribuidoras:** Aumento de R\$5 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Instrumentos de Derivativo:** Redução de R\$29 milhões em decorrência da liquidação de instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar.
- **Energia de curto prazo:** Redução de R\$19 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.

Receita Operacional Líquida 2T19 vs. 2T20 (R\$ milhões)



Instrumentos Financeiros Derivativos

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward* (“NDFs”) e contabilizados como *hedge accounting*. A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período. A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 30 de junho de 2020:

NDFs	Notional (USD milhões)	Taxa média cambial a termo (R\$)	Valor justo (R\$ milhões)
2020	75	4,26	(89)
2021	111	4,36	(125)
Total	186	4,32	(213)

Os valores justos dos instrumentos de *hedge* serão reconhecidos no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou seja liquidada. Após efetiva liquidação, os ganhos ou perdas serão reconhecidos na receita. Mais detalhes vide nota explicativa 24.5 da DF 2T20.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$188 milhões no 2T20 frente a R\$268 milhões registrada no 2T19.

Em ambos os trimestres houve efeitos não recorrentes e não caixa, conforme descritos a seguir:

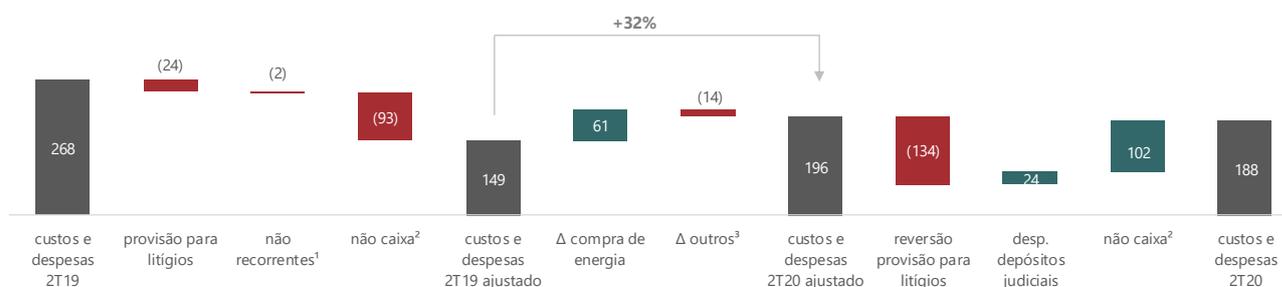
- **Reversão de provisão de litígios:** No 2T20, ocorreu uma reversão de provisão no montante de R\$134 milhões em linha com a estratégia de revisão constante dos prognósticos de risco dos processos judiciais e valores em discussão, em complementação à própria estratégia processual de redução do contingente passivo. No 2T19 houve provisão no montante de R\$24 milhões, acrescido da despesa de R\$2 milhões com o Plano de Demissão Voluntário (PDV).
- **Baixa de depósitos judiciais:** No 2T20, foi reconhecida a despesa de R\$24 milhões referente a baixa de depósitos judiciais levantados pelas contrapartes sem o reconhecimento no

resultado à época, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos.

- **Efeitos não caixa:** Inclui depreciação/amortização, provisões de almoxarifado e a marcação a mercado de contratos futuros de energia. No 2T20 o montante não caixa foi de R\$102 milhões explicado pela maior despesa de depreciação e amortização de R\$100 milhões, decorrente da mudança de vida útil dos bens de Porto Primavera, bem como amortização do UBP e outorga somada a marcação a mercado dos contratos de trading em R\$3 milhões. No 2T19 os efeitos não caixa somaram R\$93 milhões, explicado pelo valor de depreciação e amortização no período.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais no 2T20 totalizaram R\$196 milhões, aumento de 32% em relação ao 2T19, quando reportou R\$149 milhões.

Custos e Despesas 2T20 vs. 2T19 (R\$ milhões)



(1) Considera despesas com PDV/ (2) Considera depreciação/amortização e provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados, provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais e marcação a mercado contratos futuros de energia. | (3) Desconsidera custos e despesas com energia comprada.

- **Energia comprada:** Aumento de 80% em relação ao 2T19, decorrente da estratégia de sazonalização com menor alocação da garantia física no 2T20 vs. 2T19 e aumento do volume de vendas alocado no 2T20 vs. 2T19, em linha com a nova estratégia de gestão do balanço energético. No 2T20 foram adquiridos 225MW médios, 44% acima do volume comprado no 2T19 a um preço médio de R\$207/MWh, 8% inferior ao preço de 2019.

Vale destacar que diversas frentes de iniciativas para ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos e despesas foram tomadas pela Companhia.

- **Pessoal e Administradores:** Redução de 26%, decorrente da redução de aproximadamente 50% no número de funcionários e da mudança no perfil profissional, acompanhada pela reformulação de metas, avaliação de desempenho, desenvolvimento, capacitação profissional, gestão reconhecida pelo selo *Great Place to Work - GPTW*.
- **Serviços de terceiros, materiais e aluguéis:** Queda de 42% pela renegociação de contratos e revisão de processos possibilitando capturar eficiências em custos e operações.

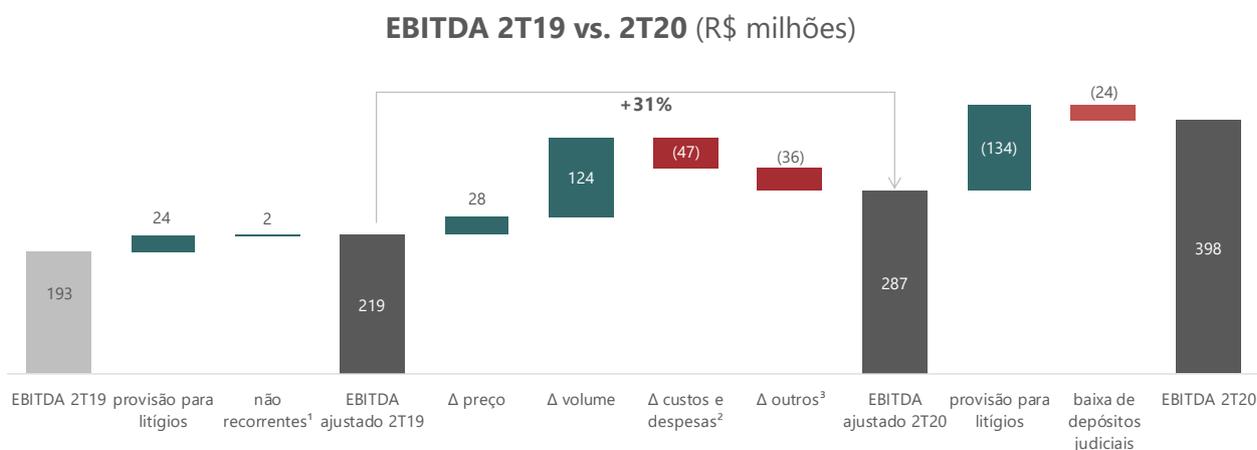
EBITDA

EBIT / EBITDA CONSOLIDADO - R\$ mil	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
Lucro líquido	137.798	(4.002)	n.m.	191.611	(162.245)	n.m.
IR e CSLL líquidos ¹	65.800	4.152	n.m.	111.574	7.623	n.m.
Resultado financeiro	94.326	99.974	-6%	203.536	151.636	34%
= EBIT	297.924	100.124	198%	506.721	(2.986)	n.m.
Depreciação / amortização	99.876	92.530	8%	200.271	171.131	17%
EBITDA	397.800	192.654	106%	706.992	168.145	n.m.
Programa de demissão voluntária - PDV	-	2.287	n.m.	-	104.791	n.m.
Provisão (reversão) para litígios	(134.167)	23.855	n.m.	(107.188)	(12.747)	n.m.
Baixas de depósitos judiciais	23.643	-	n.m.	23.643	-	n.m.
EBITDA ajustado	287.276	218.796	31%	623.447	260.189	140%
Margem EBITDA ajustado	59%	59%	-23%	66%	36%	2996%

(1) 2T20: R\$30 milhões de imposto corrente, (R\$21 milhões de saída de caixa) e R\$36 milhões de diferido. 1S20: R\$67 milhões de imposto corrente, (R\$32 milhões de saída de caixa) e R\$45 milhões de diferido

O EBITDA ajustado totalizou R\$287 milhões no 2T20 com margem de 59%, aumento de R\$68 milhões em relação ao mesmo período de 2019.

O aumento no EBITDA ajustado na comparação trimestral é explicado, principalmente, pelo aumento na receita e pela redução nos custos e despesas gerenciáveis.



(1) Considera despesas com PDV / (2) Desconsidera os itens não caixa: provisão PIS/COFINS depósitos judiciais e marcação a mercado contratos futuros de energia / (3) Outros é majoritariamente instrumentos financeiros de derivativos

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro – R\$ mil	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
Receitas financeiras	7.941	20.986	-62%	18.454	54.088	-66%
Despesas financeiras	(102.267)	(123.220)	-17%	(221.990)	(208.664)	6%
Encargos de dívida	(20.763)	(39.179)	-47%	(46.367)	(74.566)	-38%
Provisão para litígios	(46.707)	(80.023)	-42%	(115.792)	(129.473)	-11%
Baixas de depósitos judiciais	(13.527)	-	n.m.	(13.527)	-	n.m.
Variações cambiais, líquidas	-	2.260	n.m.	-	2.940	n.m.
Outras despesas financeiras	(21.270)	(4.018)	n.m.	(46.304)	(4.625)	n.m.
Resultado financeiro	(94.326)	(99.974)	-6%	(203.536)	(151.636)	34%

O resultado financeiro líquido no 2T20 registrou despesa de R\$94 milhões comparado a despesa de R\$100 milhões apresentada no 2T20. A redução de 6% na comparação trimestral pode ser explicada principalmente, por:

- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Redução de R\$33 milhões, decorrente da menor atualização do saldo de provisão para litígios.
- **Encargos de dívidas:** Redução de R\$18 milhões decorrente do menor CDI no período, uma vez que a remuneração da debênture de R\$1,8 bilhão é indexada ao referido índice e pela liquidação dos empréstimos BNDES Brady ocorrida no último trimestre de 2019.

Compensando parcialmente por:

- **Outras despesas financeiras:** Aumento de R\$17 milhões, principalmente, pela atualização do saldo do passivo atuarial (CPC 33) no montante de R\$14 milhões.
- **Baixas de depósitos judiciais:** Despesa de R\$13 milhões referente a reversão de correção monetária sobre depósitos judiciais levantados pelas contrapartes.
- **Receitas financeiras:** Redução de R\$14 milhões decorrente do menor nível CDI que corrige as aplicações da Companhia.

IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Os valores de IR e CSLL (“impostos”) do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos obedecem ao regime de competência e são apurados conforme a legislação vigente. A Companhia adota o regime de lucro real anual com pagamento por estimativa mensal, o que pode gerar um descasamento entre o pagamento e a apuração do imposto, sendo ajustado na apuração anual do IR e CSLL.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis são reconhecidos na proporção da probabilidade de que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. O reconhecimento é oriundo do teste de *impairment*, realizado conforme Instrução CVM 371/2002.

A despesa com IR e CSLL no 2T20 foi de R\$66 milhões, sendo R\$30 milhões referente ao IR e CSLL correntes, e R\$36 milhões referente ao diferido. O valor pago de imposto no 2T20, calculado por estimativa, foi de R\$21 milhões (caixa) e a alíquota efetiva do período foi de 32%.

Importante destacar que a CESP possui prejuízo fiscal a ser compensado no montante de R\$3.007 milhões, sendo R\$394 milhões já contabilizados no balanço da Companhia como imposto diferido a alíquota de 34%, podendo ser compensado mediante a realização de resultado.

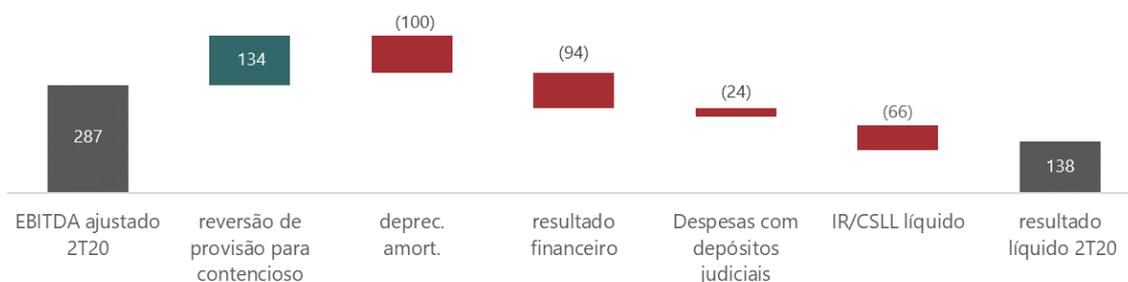
Há ainda, R\$2.613 milhões de prejuízo fiscal, não registrado nas demonstrações financeiras (off-balance), que poderá ser reconhecido como imposto diferido a ser compensado, a partir do momento que sua realização seja vislumbrada.

Adicionalmente, os prejuízos fiscais poderão ser compensados, observado em cada período de apuração o limite de 30% do lucro real ou lucro tributável = EBT (*earnings before taxes*) +/- ajustes temporários e permanentes.

RESULTADO LÍQUIDO

O lucro líquido do 2T20 atingiu R\$138 milhões, contra um prejuízo de R\$4 milhões no 2T19. A evolução do resultado líquido decorre, principalmente do aumento de 32% na receita líquida pela maior receita combinado com a redução nos custos e despesas gerenciáveis.

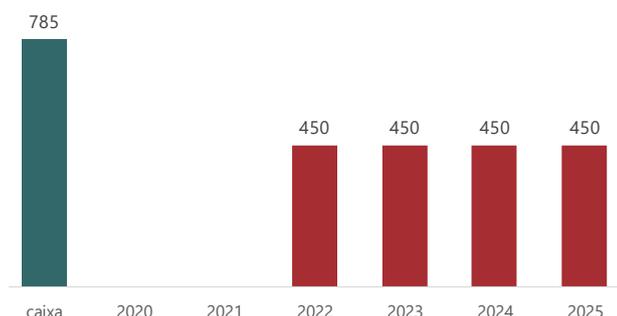
O gráfico a seguir apresenta os principais fatores que influenciaram o resultado líquido do 2T20, a partir do EBITDA ajustado do mesmo período (R\$ milhões):



ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto em 30 junho de 2019 era de R\$2.005 milhões contra R\$1.791 milhões ao final de 2019. A principal dívida da CESP é uma debênture no montante de R\$1.800 milhões com custo de CDI + 1,64% a.a., com pagamento de juros semestral e vencimento final em 2025. A captação foi realizada com o objetivo de financiar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera. Em 30 de junho de 2020, o prazo médio da dívida era de 4 anos.

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)



A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de junho 2020 era R\$785 milhões contra R\$741 milhões em dezembro de 2019. A dívida líquida em 30 de junho de 2020 era de R\$1.220 milhões.

RATING

Em decorrência da revisão do rating soberano, em julho de 2020, a **Standard & Poor's** ("S&P") revisou a perspectiva do rating da CESP de positiva para estável, ao mesmo tempo que reafirmou os ratings 'BB-' na escala global e 'brAAA'.

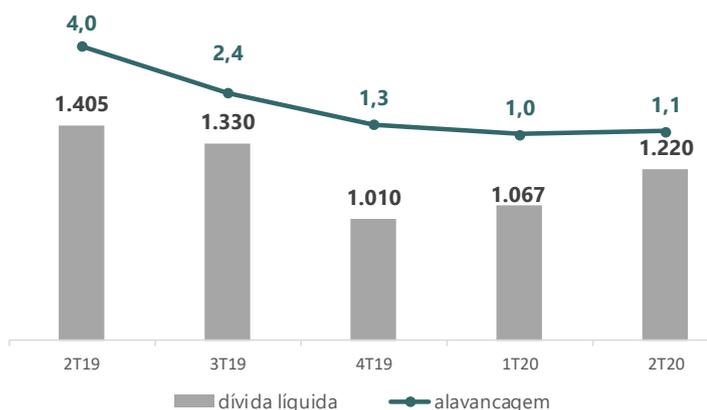
Em 29 de julho de 2020 a **Fitch** divulgou relatório comunicando a atribuição do rating corporativo da CESP em 'BB' na escala internacional, com perspectiva negativa e 'AAA (bra)' na escala nacional, com perspectiva estável, conforme demonstrado abaixo:

	Rating	Outlook	Revisão
FitchRatings	BB AAA(br)	Negativo	Jul/2020
STANDARD & POOR'S	BB- br.AAA	Estável	Jul/2020

ALAVANCAGEM

A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, que atingiu o pico de 4,0x no segundo trimestre de 2019, chegou a 1,1x no 2T20.

Dívida Líquida (R\$ milhões) e Alavancagem (x)



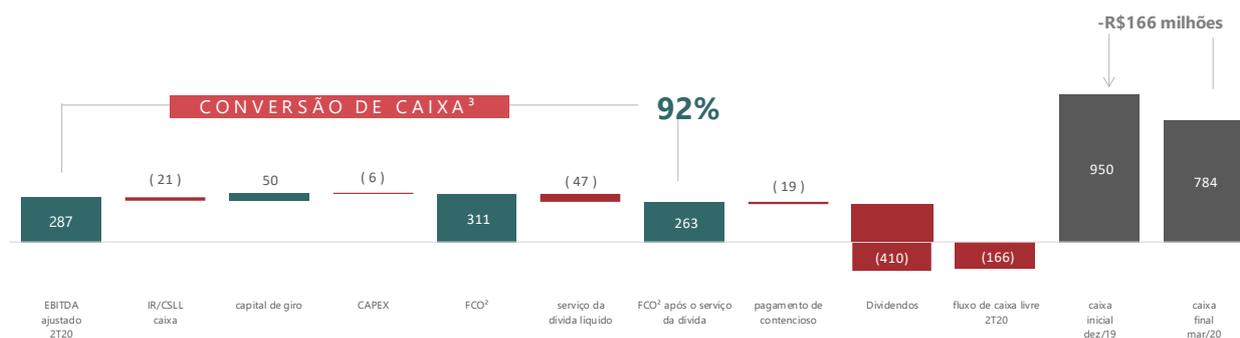
FLUXO DE CAIXA LIVRE

Fluxo de Caixa - R\$ mil	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
EBITDA ajustado	287.276	218.592	31%	623.447	260.189	140%
IR/CSLL caixa	(21.246)	-	n.m.	(31.908)	-	n.m.
Capital de giro	50.440	(27.553)	n.m.	(43.107)	(31.441)	37%
CAPEX	(5.809)	(3.046)	91%	(8.153)	(3.629)	125%
Fluxo de caixa operacional	310.661	187.993	65%	540.279	225.119	140%
Serviço da dívida	(47.455)	(44.870)	6%	(47.458)	(47.458)	0%
Fluxo de caixa operacional após o serviço da dívida	263.206	143.123	84%	492.821	177.661	177%
Pagamento de litígio	(19.356)	(57.561)	4%	(40.136)	(80.380)	-50%
Captações	-	-	n.m.	-	1.777.982	n.m.
Amortizações	(11)	(84.413)	n.m.	(22)	(124.576)	-100%
Pagamento da outorga	-	(1.398.703)	n.m.	-	(1.398.703)	n.m.
Dividendos	(409.473)	(297.164)	38%	(409.558)	(297.164)	38%
Fluxo de caixa livre	(165.634)	(1.694.718)	-90%	43.105	54.820	-21%
Saldo de caixa inicial	950.183	2.160.424	-56%	741.444	410.886	80%
Saldo de caixa final	784.549	465.706	69%	784.549	465.706	68%

No 2T20 foi gerado R\$263 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa³ de ~92%. O aumento do capital de giro decorre, principalmente: (i) da prorrogação do prazo de recolhimento dos tributos federais (PIS e CONFINS), no montante de R\$39 milhões, conforme determinado nas Portarias nº 139 e 245 do Ministério da Economia, em virtude da pandemia do Covid-19 e (ii) da monetização do saldo credor na CCEE. Vale destacar que o valor não recolhido durante o 1S20 será paga durante o segundo semestre do ano.

O fluxo de caixa livre registrado ao final de junho 2020 foi negativo em R\$166 milhões, principalmente, em decorrência do pagamento de R\$ 410 milhões de dividendos, ocorrido em abril.

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)



(1) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora (2) FCO=Fluxo de Caixa Operacional | (3) Considera conversão de caixa= (FCO após o Serviço da Dívida/EBITDA Ajustado). Inclui o valor postergado de R\$ 39 milhões de PIS/COFINS para o 2S20 de acordo com as portarias do Ministério da Economia. Desconsiderando este efeito a conversão de caixa seria 78%.

CAPEX

No 2T20 o *capex* da CESP foi de R\$6 milhões, destinado majoritariamente para aquisição de equipamentos em linha com o plano de modernização das usinas hidrelétricas.

ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS – VIVEST (antiga FUNCESP)

A Companhia patrocina o plano de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados através da VIVEST, entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP. Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD).

Na modalidade de plano de CD a Companhia faz contribuições fixas à VIVEST, não tendo obrigações legais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os beneficiários. Os planos BD estabelecem um valor de benefício fixo de renda vitalícia de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria. O plano de benefícios BD mais relevante da CESP é o BPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído como resultado da negociação entre o Governo do Estado de São Paulo (ex-acionista controlador) e os sindicatos para viabilizar o processo de privatização das empresas de energia em 1997.

Os valores relativos às contribuições, custos, passivos ou ativos do plano BD são calculados anualmente por atuário independente, no fechamento de cada exercício social e registrados conforme previsto no CPC 33(R)/IAS19 – Benefícios a Empregados.

O cálculo atuarial leva em consideração premissas que incluem: (i) taxa de desconto para calcular o valor presente do passivo atuarial real e nominal, (ii) taxa de retorno esperado dos ativos dos planos, (iii) taxa de crescimento salarial, (iv) taxa de inflação de longo prazo, (v) taxa de rotatividade e (vi) taxa de mortalidade e invalidez.

De acordo com o CPC 33, a taxa de desconto utilizada para a estimativa do passivo atuarial deve representar um título de ampla liquidez e alto grau de confiança, sendo convencionado atualmente a utilização da NTN-B (taxa de títulos públicos de longo prazo), como principal referência.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2019, a CESP contabilizou em seu Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) o déficit atuarial de R\$837 milhões, calculado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Taxa nominal - 7,16% Com base na NTN-B 31/12/2019	BSPS	BD	CV	Total
Valor presente das obrigações	(5.623)	(912)	(131)	(6.666)
Valor justo dos ativos	4.818	949	99	5.866
(Passivo)/Ativo	(805)	38	(32)	(799)
Superávit irrecuperável (efeito do limite de ativo)	-	(38)		(38)
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido	(805)	(32)	(32)	(837)

A Administração da Companhia, com o objetivo de dar maior transparência, decidiu calcular, na mesma data base acima, para efeito comparativo, os impactos na mensuração do passivo atuarial, aplicando a taxa de desconto com base no rendimento dos títulos privados de alto giro e *rating* (debêntures), conforme demonstrado a seguir:

Taxa nominal - 9,087% Com base nas debêntures	BSPS	BD	CV	Total
Valor presente das obrigações	(4.732)	(725)	(106)	(5.563)
Valor justo dos ativos	4.818	949	99	5.866
(Passivo)/Ativo	86	225	(7)	303
Superávit irrecuperável (efeito do limite de ativo)	(86)	(225)	-	(311)
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido	-	-	(7)	(7)

Em caso de aplicação da taxa de mercado de títulos privados, o déficit atuarial apurado pela metodologia CPC 33(R)/IAS 19 de ~R\$7 milhões, estaria se aproximando ao resultado apurado pela Fundação Cesp, de acordo com a metodologia PREVIC. Importante destacar, que aportes de caixa pela CESP, so serão necessários se for apurado déficit nessa metodologia.

A diferença entre os saldos apresentados, em 31 de dezembro de 2019, é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a VIVEST para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios.

Diante do exposto acima, foi aprovado em 16 de junho de 2020, pelo Conselho de Administração, medidas de adequação dos Planos VIVEST às práticas de mercado atuais, bem como as medidas de isonomia e mitigatórias de riscos inerentes aos Planos VIVEST, tudo em conformidade com os procedimentos e a regulamentação aplicável e vigente. Importante destacar que as medidas ainda dependem de aprovações junto à VIVEST e PREVIC antes de sua implementação.

CONTINGÊNCIAS

Processos Judiciais Passivos

Atualmente, a Companhia é parte em processos judiciais que representam uma contingência passiva total de, aproximadamente, R\$11 bilhões. É importante reforçar que a Companhia ainda mantém um procedimento de avaliação criteriosa do saldo de contencioso passivo, inclusive com a contratação de assessores jurídicos e financeiros externos, complementarmente à atuação de nossa equipe própria.

Dada a relevância do contencioso passivo atualmente registrado pela Companhia, não apenas os valores em discussão judicial são revisados constantemente, como também os próprios prognósticos de perda aplicáveis às ações existentes. Adicionalmente, em uma busca perene por otimizar a gestão e reduzir a contingência judicial passiva, a Companhia também continua qualificando, de forma criteriosa, determinadas ações como "estratégicas", submetendo-as a um monitoramento próprio e à condução por escritórios externos de alto nível técnico e reputação. Tratamento não menos importante é dado ao restante da carteira contenciosa.

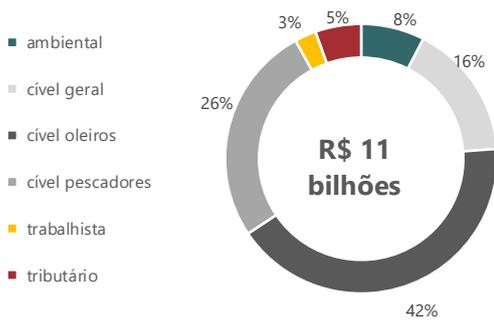
A Companhia esclarece, reiteradamente, que o valor do contencioso passivo é objeto de variações constantes, justamente porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título).

Em relação às contingências decorrentes de ações cuja probabilidade de perda é estimada como remota, conforme já informado em trimestres anteriores, a Companhia ainda opta por manter a prática historicamente adotada na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, divulgando o valor total correspondente a esse tipo de contingência. Entretanto, apesar de entender ser adequada nesse momento a divulgação de tais valores, a Companhia também reitera que, dentre as diversas ações avaliadas como sendo de risco remoto, há demandas explicitamente incabíveis, cujo valor de causa não representa, em hipótese alguma, o valor financeiro efetivamente em discussão e que seria devido no caso de eventual condenação definitiva desfavorável.

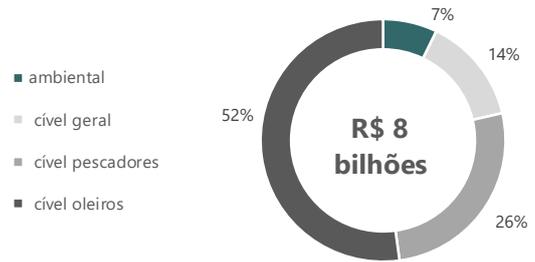
Por fim, sem prejuízo dos esforços constantes visando à redução do seu contencioso passivo, a Companhia ressalva, de forma transparente, que a performance desse processo pode ser prejudicada por novas demandas eventualmente recebidas, ou mesmo por ajustes na valoração das ações que já compõem a sua carteira. Nesse contexto, a estratégia de redução do passivo judicial continua abrangendo, além da atuação técnico-processual, uma atuação de caráter preventivo, de modo a ser reduzido, também, o volume de novas ações que são propostas contra a Companhia.

Atualmente, o grupo de ações estratégicas abrange cerca de 45 processos, o que representa, aproximadamente, ~74% do contencioso judicial passivo da Companhia, conforme detalhado abaixo:

Perfil do Contencioso Passivo



45 casos representam ~74% do contencioso passivo total

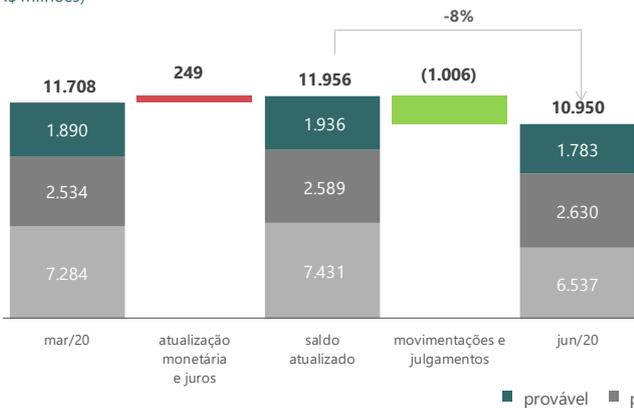


No 2T20, a Companhia avançou na gestão e solução dos casos estratégicos, o que, combinado a todas as movimentações do período, permitiu uma redução de sua contingência total, antes da atualização monetária, de R\$1 bilhão (8%), em relação ao saldo de março de 2020, sendo R\$154 milhões (8%) de redução abrangendo processos com prognóstico de perda avaliado como provável.

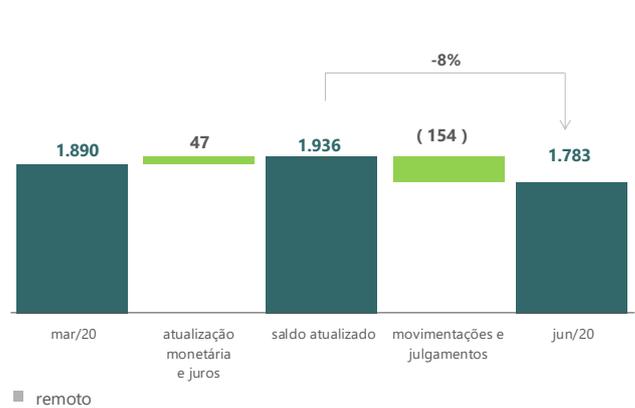
A redução do contencioso passivo total no 2T20 é explicada, principalmente, pela combinação: (i) de decisão definitiva favorável à CESP no “Caso Delza Rosa Ferreira”, que apresentava valor de R\$183 milhões; (ii) revisão do valor atribuído a casos estratégicos decorrente de movimentações atreladas ao próprio andamento das ações judiciais ocorridas no período; e (iii) novos processos recebidos pela Companhia.

Mais detalhes sobre os principais processos estão disponíveis no item 4.3 do Formulário de Referência da CESP.

Ações Judiciais Passivas – Variação no 2T20
(R\$ milhões)



Variação do Provável no 2T20 (R\$ milhões)



Os acordos judiciais e os esforços de substituição de depósitos por outras espécies de garantia resultaram na liberação de depósitos judiciais no valor de, aproximadamente, R\$3 milhões. A variação ocorreu, principalmente, nos processos trabalhistas, encerrados durante o 2T20.

Adicionalmente, mesmo durante o cenário de pandemia, a CESP continua atenta a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

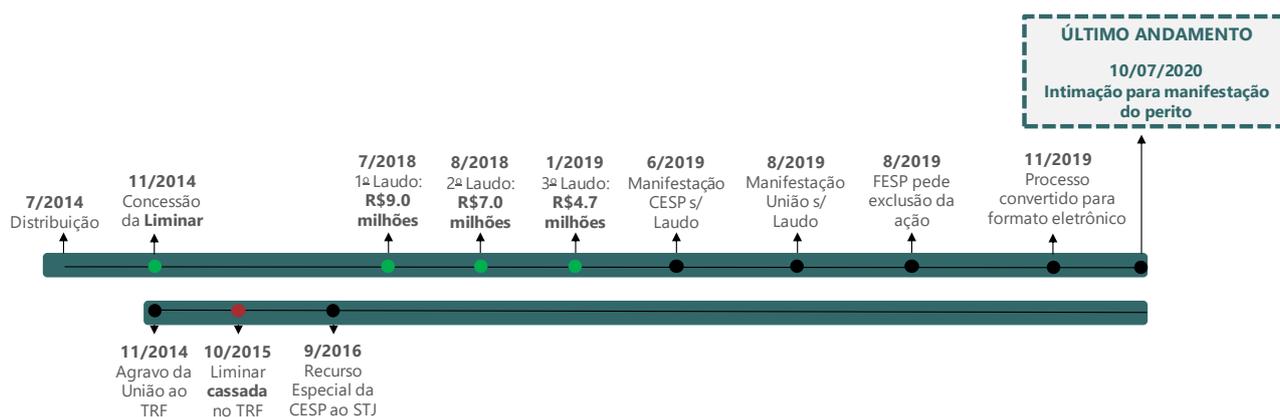
Processo Três Irmãos

O processo de indenização de Três Irmãos (processo nº 45939-32.2014.4.01.3400) está, em 1ª instância, em fase de instrução probatória, com discussões a respeito do último laudo do perito judicial, que avaliou os ativos reversíveis em R\$4,7 bi (a valores históricos de junho de 2012). O valor avaliado é composto de: Usina: R\$1,9 bi; Eclusas e Canal: R\$1,0 bi; Terrenos: R\$1,8 bi.

Após manifestações da União e da CESP a respeito do laudo pericial, em 10 de julho de 2020 foi proferido despacho que determinou a manifestação do perito, em 15 dias úteis (após a correção do processo de digitalização), sobre os questionamentos apresentados pela União.

Em paralelo à tramitação do caso em 1ª instância, há recurso pendente de julgamento (Recurso Especial nº 1.643.760/SP) no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), interposto pela CESP em dezembro de 2016 visando ao pagamento imediato, pela União, do valor incontroverso de R\$1,7 bi (valor na data-base de junho de 2012). Atualmente, aguarda-se pela inclusão do recurso em pauta de julgamento.

Abaixo, segue a *timeline* do caso, com histórico a respeito das últimas movimentações relevantes do caso:



EVENTO SUBSEQUENTE

Homologação da TUST

A Resolução Homologatória nº 2.726 de 14 de julho de 2020, estabeleceu o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) com vigência para o ciclo 2020 e 2021 (de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021). A nova tarifa aplicada à UHE Porto Primavera é de R\$ 8,721/kW, aumento de 13,4% com relação a tarifa do ciclo anterior (R\$ 7,693/kW).

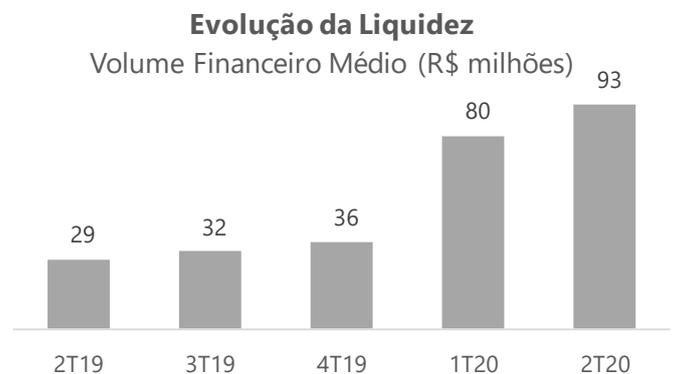
MERCADO DE CAPITAIS

A CESP possui ações ordinárias (“CESP3”) e ações preferenciais classes A e B (“CESP5 e CESP6”, respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

Em 30 de junho de 2020 as ações preferenciais classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R\$28,99. Desde o início deste ano, há um crescimento significativo da liquidez diárias das ações CESP6 apresentaram uma liquidez média diária de R\$93 milhões no 2T20 (vs. R\$29 milhões negociados no 2T19).

As ações ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R\$32,50. ações preferenciais classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R\$29,60, no mesmo 30 de junho de 2020.

O valor de mercado da CESP, em 30 de junho de 2020, era de R\$9,9 bilhões comparado a R\$8,9 bilhões em 30 de junho de 2019.



ANEXOS – (R\$ mil)

Demonstração dos Resultados (Detalhado) R\$ mil	Controladora					
	2T20	2T19	Var.(%)	1S20	1S19	Var.(%)
Receita operacional bruta	421.291	435.104	-3%	882.176	857.265	3%
Consumidores Livres - Industrial	95.194	176.733	-46%	193.288	355.854	-46%
Agentes Comercializadores	214.032	116.787	83%	439.085	214.764	104%
Leilões de Energia - Distribuidores de energia	120.562	115.453	4%	247.339	236.338	5%
Energia de curto prazo	6.129	25.483	-76%	22.011	49.030	-55%
Instrumentos financeiros derivativos	(15.222)	-	n.m.	(20.890)	-	n.m.
Outras receitas	596	648	-8%	1.343	1.279	5%
Deduções à receita operacional	(57.739)	(66.727)	-13%	(119.415)	(133.270)	-10%
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(844)	(12.309)	-93%	(1.687)	(24.617)	-93%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.011)	(3.678)	9%	(7.944)	(7.229)	10%
Imposto sobre serviços - ISS	(21)	(35)	-40%	(44)	(69)	-36%
COFINS sobre receitas operacionais	(32.773)	(31.791)	3%	(67.439)	(62.403)	8%
PIS sobre receitas operacionais	(7.115)	(6.901)	3%	(14.641)	(13.547)	8%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(11.765)	(11.229)	5%	(25.221)	(23.837)	6%
Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE	(1.210)	(784)	54%	(2.439)	(1.568)	56%
Receita operacional líquida	363.552	368.377	-1%	762.761	723.995	5%
Custo do serviço de energia elétrica	(187.220)	(211.747)	-12%	(360.915)	(561.629)	-36%
Lucro operacional bruto	176.332	156.630	13%	401.846	162.366	147%
Despesas operacionais	97.744	(56.506)	n.m.	50.685	(165.352)	n.m.
Gerais e administrativas	(21.347)	(34.348)	-38%	(41.987)	(178.246)	-76%
Outras receitas operacionais, líquidas	119.091	(22.158)	n.m.	92.672	12.894	n.m.
Equivalência Patrimonial	16.012	-	n.m.	36.328	-	n.m.
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	290.088	100.124	190%	488.859	(2.986)	n.m.
Receitas financeiras	7.520	20.986	-64%	17.571	54.088	-68%
Despesas financeiras	(102.240)	(123.220)	-17%	(221.932)	(208.664)	6%
Variação cambial líquida	-	2.260	n.m.	-	2.940	n.m.
Resultado financeiro	(94.720)	(99.974)	-5%	(204.361)	(151.636)	35%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contrib. social	195.368	150	n.m.	284.498	(154.622)	n.m.
IR e CSLL - corrente	(19.993)	-	n.m.	(54.000)	-	n.m.
IR e CSLL - diferido	(37.577)	(4.152)		(38.887)	(7.623)	
IR e CSLL líquidos	(57.570)	(4.152)	n.m.	(92.887)	(7.623)	n.m.
Lucro (prejuízo) líquido	137.798	(4.002)	n.m.	191.611	(162.245)	n.m.
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	0,42	(0,01)	n.m.	0,59	(0,50)	n.m.

**Demonstração dos Resultados
(Detalhado)**
Consolidado

R\$ mil	2T20	2T19	Var.(%)	1S20	1S19	Var.(%)
Receita operacional bruta	544.905	435.104	25%	1.085.767	857.265	27%
Consumidores Livres - Industrial	205.595	176.733	16%	413.388	355.854	16%
Agentes Comercializadores	240.634	116.787	106%	439.934	214.764	105%
Leilões de Energia - Distribuidores de energia	120.562	115.453	4%	247.339	236.338	5%
Energia de curto prazo	6.129	25.483	-76%	22.011	49.030	-55%
Instrumentos financeiros derivativos	(28.611)	-	n.m.	(38.248)	-	n.m.
Outras receitas	596	648	-8%	1.343	1.279	5%
Deduções à receita operacional	(59.373)	(66.727)	-11%	(139.695)	(133.270)	5%
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(844)	(12.309)	-93%	(1.687)	(24.617)	-93%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.011)	(3.678)	9%	(7.944)	(7.229)	10%
Imposto sobre serviços - ISS	(21)	(35)	-40%	(44)	(69)	-36%
COFINS sobre receitas operacionais	(34.115)	(31.791)	7%	(84.101)	(62.403)	35%
PIS sobre receitas operacionais	(7.407)	(6.901)	7%	(18.259)	(13.547)	35%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(11.765)	(11.229)	5%	(25.221)	(23.837)	6%
Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE	(1.210)	(784)	54%	(2.439)	(1.568)	56%
Receita operacional líquida	485.532	368.377	32%	946.072	723.995	31%
Custo do serviço de energia elétrica	(281.056)	(211.747)	33%	(507.391)	(561.629)	-10%
Lucro operacional bruto	204.476	156.630	31%	438.681	162.366	170%
Despesas operacionais	93.448	(56.506)	n.m.	68.040	(165.352)	n.m.
Gerais e administrativas	(23.036)	(34.348)	-33%	(46.864)	(178.246)	-74%
Outras receitas operacionais, líquidas	116.484	(22.158)	n.m.	114.904	12.894	n.m.
Equivalência Patrimonial	-	-	n.m.	-	-	n.m.
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	297.924	100.124	198%	506.721	(2.986)	n.m.
Receitas financeiras	7.941	20.986	-62%	18.454	54.088	-66%
Despesas financeiras	(102.267)	(123.220)	-17%	(221.990)	(208.664)	6%
Variação cambial líquida	-	2.260	n.m.	-	2.940	n.m.
Resultado financeiro	(94.326)	(99.974)	-6%	(203.536)	(151.636)	34%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contrib. social	203.598	150	n.m.	303.185	(154.622)	n.m.
IR e CSLL - corrente	(29.855)	-	n.m.	(66.932)	-	n.m.
IR e CSLL - diferido	(35.945)	(4.152)		(44.642)	(7.623)	
IR e CSLL líquidos	(65.800)	(4.152)	n.m.	(111.574)	(7.623)	n.m.
Lucro (prejuízo) líquido	137.798	(4.002)	n.m.	191.611	(162.245)	n.m.
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	0,42	(0,01)	n.m.	0,59	(0,50)	n.m.

Ativo	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	1.008.183	1.020.620	1.160.785	1.071.788
Caixa e equivalentes de caixa	709.708	690.276	784.549	741.444
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.718	-	18.718
Contas a receber	184.652	198.930	236.967	198.930
Tributos a recuperar	13.156	8.357	20.393	8.357
Contratos futuros de energia	-	-	18.686	-
Despesas antecipadas	3.955	11.186	3.955	11.186
Outros ativos	96.712	93.153	96.235	93.153
Não circulante	11.649.906	11.909.068	11.635.777	11.857.966
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.225	-	21.225
Contratos futuros de energia	-	-	3.555	-
Cauções e depósitos judiciais	292.940	343.979	292.940	343.979
IR e CSLL líquidos diferidos	1.895.167	1.877.412	1.915.075	1.877.412
Almoxarifado	6.170	7.611	6.170	7.611
Ativo sujeito à indenização	1.719.390	1.719.390	1.719.390	1.719.390
Investimentos	37.592	51.102	-	-
Intangível	1.548.484	1.575.300	1.548.484	1.575.300
Imobilizado	6.143.150	6.305.943	6.143.150	6.305.943
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	7.013	7.106	7.013	7.106
Total do ativo	12.658.089	12.929.688	12.796.562	12.929.754

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	632.002	956.792	743.808	956.858
Fornecedores	8.529	8.824	10.711	8.849
Energia comprada para revenda	21.333	35.755	56.773	35.755
Empréstimos e financiamentos	1.889	3.002	1.889	3.002
Arrendamento mercantil	1.700	1.584	1.700	1.584
Instrumentos financeiros derivativos	75.933	-	129.693	-
Obrigações estimadas e folha de pagamento	16.784	21.497	17.373	21.497
Tributos a recolher	78.572	23.494	98.404	23.535
Encargos setoriais	115.420	115.673	115.420	115.673
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	196.618	606.176	196.618	606.176
UBP - Uso do bem público	45.811	29.275	45.811	29.275
Obrigações socioambientais	31.369	23.474	31.369	23.474
Outros passivos	38.044	88.038	38.047	88.038
Não circulante	4.849.340	4.827.991	4.876.007	4.827.991
Empréstimos e financiamentos	1.782.696	1.781.123	1.782.696	1.781.123
Arrendamento mercantil	5.419	5.624	5.419	5.624
Encargos setoriais	12.014	12.014	12.014	12.014
UBP - Uso do bem público	140.935	158.355	140.935	158.355
Instrumentos financeiros derivativos	57.100	-	83.767	-
Provisão para litígios	1.782.843	1.814.375	1.782.843	1.814.375
Obrigações socioambientais	156.391	164.536	156.391	164.536
Entidade de previdência a empregados	866.326	836.995	866.326	836.995
Outros passivos	45.616	54.969	45.616	54.969
Patrimônio líquido	7.176.747	7.144.905	7.176.747	7.144.905
Capital social	5.975.433	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros	1.084.883	1.084.883	1.084.883	1.084.883
Ajustes de avaliação patrimonial	(928.708)	(948.623)	(928.708)	(948.623)
Outros resultados abrangentes	(1.055.655)	(895.886)	(1.055.655)	(895.886)
Lucros acumulados	171.696	-	171.696	-
Total do passivo e patrimônio líquido	12.658.089	12.929.688	12.796.562	12.929.754

Controladora

NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	2T20			2T19			
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var.(%)
Energia comprada	(43.297)	-	(43.297)	(76.100)	-	(76.100)	-43%
Encargos setoriais	(35.427)	-	(35.427)	(29.119)	-	(29.119)	22%
Pessoal	(5.509)	(8.550)	(14.059)	(5.556)	(16.587)	(22.143)	-37%
PDV - Programa de demissão voluntária	-	-	-	(625)	(1.662)	(2.287)	n.m.
Administradores	-	(1.230)	(1.230)	-	(438)	(438)	181%
Entidade de previdência a empregados	-	122	122	-	(3.380)	(3.380)	n.m.
Materiais	(60)	(55)	(115)	(830)	(136)	(966)	-88%
Serviços de terceiros	(2.290)	(5.446)	(7.736)	(4.375)	(8.244)	(12.619)	-39%
Seguros	-	(1.919)	(1.919)	-	(384)	(384)	n.m.
Depreciação/Amortização	(97.848)	(1.981)	(99.829)	(90.722)	(1.808)	(92.530)	8%
Aluguéis	(176)	(285)	(461)	-	(747)	(747)	-38%
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	12	12	-	2.654	2.654	-100%
Reversão provisão para litígios	-	134.167	134.167	-	(23.855)	(23.855)	n.m.
Baixas de depósitos judiciais	-	(23.643)	(23.643)	-	-	-	n.m.
Provisão PIS/COFINS depósitos judiciais	-	315	315	-	(132)	(132)	n.m.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(617)	(617)	n.m.
Outras (despesas) ou receitas	(2.613)	6.237	3.624	(4.420)	(1.170)	(5.590)	n.m.
Total	(187.220)	97.744	(89.476)	(211.747)	(56.506)	(268.253)	-67%

Controladora

NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	1S20			1S19			
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var.(%)
Energia comprada	(72.993)	-	(72.993)	(299.098)	-	(299.098)	-76%
Encargos setoriais	(69.358)	-	(69.358)	(57.357)	-	(57.357)	21%
Pessoal	(13.002)	(18.855)	(31.857)	(11.060)	(50.091)	(61.151)	-48%
PDV - Programa de demissão voluntária	-	-	-	(8.816)	(95.975)	(104.791)	n.m.
Administradores	-	(2.470)	(2.470)	-	(804)	(804)	n.m.
Entidade de previdência a empregados	-	244	244	-	(6.752)	(6.752)	n.m.
Materiais	(502)	(132)	(634)	(1.738)	(432)	(2.170)	-71%
Serviços de terceiros	(3.523)	(9.538)	(13.061)	(8.417)	(17.100)	(25.517)	-49%
Seguros	-	(4.169)	(4.169)	-	(690)	(690)	n.m.
Depreciação/Amortização	(196.215)	(3.948)	(200.163)	(167.371)	(3.760)	(171.131)	17%
Aluguéis	(292)	(789)	(1.081)	-	(1.461)	(1.461)	-26%
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	66	66	-	7.450	7.450	-99%
Reversão provisão para litígios	-	107.188	107.188	-	12.747	12.747	n.m.
Baixas de depósitos judiciais	-	(23.643)	(23.643)	-	-	-	n.m.
Provisão PIS/COFINS depósitos judiciais	-	300	300	-	(213)	(213)	n.m.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(364)	(364)	n.m.
Outras (despesas) ou receitas	(5.030)	6.431	1.401	(7.772)	(7.907)	(15.679)	n.m.
Total	(360.915)	50.685	(310.230)	(561.629)	(165.352)	(726.981)	-57%

NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	Consolidado						
	2T20			2T19			
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var.(%)
Energia comprada	(137.133)	-	(137.133)	(76.100)	-	(76.100)	80%
Encargos setoriais	(35.427)	-	(35.427)	(29.119)	-	(29.119)	22%
Pessoal	(5.509)	(9.914)	(15.423)	(5.556)	(16.587)	(22.143)	-30%
PDV - Programa de demissão voluntária	-	-	-	(625)	(1.662)	(2.287)	n.m.
Administradores	-	(1.230)	(1.230)	-	(438)	(438)	181%
Entidade de previdência a empregados	-	122	122	-	(3.380)	(3.380)	n.m.
Materiais	(60)	(435)	(495)	(830)	(136)	(966)	-49%
Serviços de terceiros	(2.290)	(5.111)	(7.401)	(4.375)	(8.244)	(12.619)	-41%
Seguros	-	(1.919)	(1.919)	-	(384)	(384)	n.m.
Depreciação/Amortização	(97.848)	(2.028)	(99.876)	(90.722)	(1.808)	(92.530)	8%
Aluguéis	(176)	(242)	(418)	-	(747)	(747)	-44%
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	-	-	-	2.654	2.654	n.m.
Reversão provisão para litígios	-	134.167	134.167	-	(23.855)	(23.855)	n.m.
Baixas de depósitos judiciais	-	(23.643)	(23.643)	-	-	-	n.m.
Marcação a mercado contratos futuros de energia	-	(2.599)	(2.599)	-	-	-	n.m.
Provisão PIS/COFINS depósitos judiciais	-	315	315	-	(132)	(132)	n.m.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(617)	(617)	n.m.
Outras (despesas) ou receitas	(2.613)	5.965	3.352	(4.420)	(1.170)	(5.590)	n.m.
Total	(281.056)	93.448	(187.608)	(211.747)	(56.506)	(268.253)	-30%

NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	Consolidado						
	1S20			1S19			
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var.(%)
Energia comprada	(219.469)	-	(219.469)	(299.098)	-	(299.098)	-27%
Encargos setoriais	(69.358)	-	(69.358)	(57.357)	-	(57.357)	21%
Pessoal	(13.002)	(22.316)	(35.318)	(11.060)	(50.091)	(61.151)	-42%
PDV - Programa de demissão voluntária	-	-	-	(8.816)	(95.975)	(104.791)	n.m.
Administradores	-	(2.470)	(2.470)	-	(804)	(804)	n.m.
Entidade de previdência a empregados	-	244	244	-	(6.752)	(6.752)	n.m.
Materiais	(502)	(510)	(1.012)	(1.738)	(432)	(2.170)	-53%
Serviços de terceiros	(3.523)	(10.064)	(13.587)	(8.417)	(17.100)	(25.517)	-47%
Seguros	-	(4.169)	(4.169)	-	(690)	(690)	n.m.
Depreciação/Amortização	(196.215)	(4.056)	(200.271)	(167.371)	(3.760)	(171.131)	17%
Aluguéis	(292)	(789)	(1.081)	-	(1.461)	(1.461)	-26%
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	54	54	-	7.450	7.450	-99%
Reversão provisão para litígios	-	107.188	107.188	-	12.747	12.747	n.m.
Baixas de depósitos judiciais	-	(23.643)	(23.643)	-	-	-	n.m.
Marcação a mercado contratos futuros de energia	-	22.241	22.241	-	-	-	n.m.
Provisão PIS/COFINS depósitos judiciais	-	300	300	-	(213)	(213)	n.m.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(364)	(364)	n.m.
Outras (despesas) ou receitas	(5.030)	6.030	1.000	(7.772)	(7.907)	(15.679)	n.m.
Total	(507.391)	68.040	(439.351)	(561.629)	(165.352)	(726.981)	-40%